



JUSTIÇA ELEITORAL

Pesquisas eleitorais passam a exigir registro prévio no TSE a partir de janeiro



HOSPITAL NA UTI

Dossiê Veredas: a queda de um hospital e a dinheirama que escorreu para os advogados



Enquanto funcionários amargam salários atrasados, ações judiciais liberam valores milionários em meio ao colapso da unidade conveniada ao SUS

SEM ALIANÇA

Deputado afirma que definirá em breve seu futuro político e movimento pode alterar alianças do campo conservador em Alagoas

Alfredo Gaspar sinaliza candidatura ao Senado e indica possível ruptura com Arthur Lira



QUEDA DO BOLSONARISMO

Senador afirma que projeto vetado atendia a interesses políticos específicos e defende manutenção das regras atuais para crimes contra o Estado Democrático de Direito

Renan Calheiros apoia veto de Lula e critica articulação do Centrão sobre penas do 8 de janeiro

AGRESTE

Vereador pede reforço do policiamento após homicídio no Bosque das Arapiracas

Parlamentar cobra intensificação das rondas em áreas de lazer e aponta defasagem no efetivo policial em Arapiraca



EDUCAÇÃO

Rafael Brito defende revisão do cálculo do piso nacional do magistério

Deputado aponta que índice projetado para 2026 fica abaixo da inflação e pode gerar perda real para professores



EDITORIAL

PALAVRA DO EDITOR

A queda de um hospital

Há algo profundamente errado quando um hospital conveniado ao SUS entra em colapso, seus trabalhadores ficam meses sem receber e, ainda assim, o fluxo de dinheiro não estanca — apenas muda de destino. No caso do Hospital Veredas, a crise assistencial conviveu com a liberação judicial de valores milionários para o pagamento de honorários advocatícios. O resultado é um retrato incômodo de prioridades distorcidas, silêncios estratégicos e responsabilidades diluídas.

O Veredas tornou-se símbolo de uma decadência anunciada: greves, bloqueios de vias, denúncias de sucateamento e um cotidiano de insegurança para pacientes e profissionais. Em paralelo, decisões judiciais reconheceram honorários como crédito de natureza alimentar, equiparando-os aos direitos de quem

sustenta o atendimento na ponta. A lei permite; a ética questiona. Porque, na prática, o dinheiro que não chegou aos salários de enfermeiros, técnicos, maqueiros e administrativos encontrou caminho até alvarás judiciais — em pleno cenário de colapso.

Não se discute aqui a legalidade abstrata dos honorários. Discute-se a hierarquia moral de um sistema que, diante da escassez, escolhe quem passa fome e quem recebe prioridade absoluta. O Judiciário, ao autorizar a penhora de percentual do faturamento, operou dentro dos marcos legais; mas a legalidade, quando descolada do contexto social, pode produzir injustiças gritantes. O processo revela cifras expressivas — acima de R\$ 1,6 milhão já quantificado — e documentos que apontam para um litígio de impacto econômico potencialmente maior. Enquanto isso, a folha de

pagamento seguia em atraso.

Há ainda o componente da inércia administrativa. A perda de prazo para contestar a decisão que autorizou a penhora — reconhecida pela preclusão — não é detalhe técnico: é sintoma. Sintoma de uma gestão incapaz de reagir no tempo certo, de defender o interesse coletivo e de priorizar a sobrevivência institucional. Quando a defesa chega tarde, o prejuízo deixa de ser apenas jurídico e passa a ser social.

Outro paradoxo salta dos autos: o SUS aparece como escudo jurídico, mas não como prioridade prática. Invoca-se a impenhorabilidade de recursos públicos enquanto se falha em garantir o básico a quem trabalha. A essencialidade do serviço é argumento para barrar a execução; na rotina, porém, a essencialidade não se traduz em salários em dia, insumos suficientes ou previsibilidade mínima.



COLONISTAS

GUSTAVO MENON

Acordo União Europeia–Mercosul: avanço estratégico em um mundo mais protecionista

A assinatura do acordo de livre-comércio entre a União Europeia e o Mercosul marca um momento histórico nas relações econômicas internacionais. Após quase 30 anos de negociações, o tratado finalmente sai do campo das intenções para se tornar um instrumento concreto de integração comercial entre dois grandes blocos, em um contexto global cada vez mais marcado por políticas unilaterais, disputas geopolíticas e tendências protecionistas.

Do ponto de vista econômico, trata-se de um acordo de grande envergadura. União Europeia e Mercosul somam mais de 700 milhões de consumidores e uma produção estimada em mais de US\$ 22 trilhões. A redução gradual de tarifas e a eliminação de

barreiras comerciais têm potencial para ampliar significativamente os fluxos de comércio e investimento entre as regiões, fortalecendo cadeias produtivas e criando novas oportunidades para empresas de ambos os lados do Atlântico.

Um dos aspectos mais relevantes do acordo é a incorporação de temas que vão além da liberalização comercial tradicional. A inclusão de compromissos relacionados à agenda ambiental, compras públicas e a previsibilidade regulatória em cadeias produtivas estratégicas reflete uma mudança de paradigma nos acordos internacionais, especialmente sob a ótica europeia. Ao mesmo tempo, esse enfoque impõe desafios adicionais aos países do Mercosul, que precisarão conciliar

competitividade, sustentabilidade e adaptação regulatória.

Para a América do Sul — e, em especial, para o Brasil — o acordo representa uma oportunidade relevante de ampliar o acesso ao mercado europeu, sobretudo para produtos do agronegócio e bens de origem primária. Não por acaso, o setor agroexportador brasileiro acompanha o tratado com grande expectativa. Em contrapartida, a União Europeia tende a expandir suas exportações de produtos industrializados e de maior valor agregado para o subcontinente sul-americano, reforçando sua presença em segmentos industriais estratégicos.

Esse movimento, contudo, não está isento de riscos. É preciso reconhecer que a abertura comercial pode gerar distorções e aprofundar assimetrias em setores sensíveis de ambos os blocos. As resistências enfrentadas ao longo do processo, especialmente por parte de produtores agrícolas europeus — com destaque para a França —, evidenciam o receio de impactos sobre a produção doméstica e a renda rural.

A própria arquitetura do acordo reflete essas preocupações. A liberalização ocorrerá de forma

escalonada, com prazos que podem chegar a 15 anos para a plena integração. Esse período de transição busca mitigar choques econômicos, permitindo que setores mais vulneráveis se ajustem gradualmente à maior concorrência internacional.

Se bem implementado, o acordo União Europeia–Mercosul pode se tornar um vetor importante de crescimento econômico, aumento da competitividade e integração do Brasil às cadeias globais de valor. No entanto, seus benefícios não serão automáticos. Eles dependerão da capacidade dos países do Mercosul de formular políticas públicas consistentes, investir em inovação, infraestrutura e sustentabilidade, além de preparar seus setores produtivos para competir em um ambiente mais aberto e exigente.

Mais do que um simples tratado comercial, o acordo representa uma escolha estratégica. Em um mundo fragmentado, optar pela cooperação e pela integração pode ser um diferencial competitivo. O desafio, agora, é transformar essa oportunidade em desenvolvimento econômico equilibrado e sustentável.

EXPEDIENTE

Wellington Sena
Diretor
artsenna10@gmail.com

Fernando Oliveira
Editor Geral
fernand.oliveira1985@hotmail.com

Adriano Ramos
Departamento Jurídico
adrianoramos34@hotmail.com

O jornal A Notícia Alagoas é uma publicação diária - Endereço para correspondência: Av Comendador Gustavo Paiva, N 2789 - Sala 25 - CNPJ: 14.743.012/0001-10 Fone: (82) 99907-9975

WWW.ANOTICIAALAGOAS.COM.BR

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião deste jornal.

SEM ALIANÇA

Deputado afirma que definirá em breve seu futuro político e movimento pode alterar alianças do campo conservador em Alagoas

Alfredo Gaspar sinaliza candidatura ao Senado e indica possível ruptura com Arthur Lira

O deputado federal Alfredo Gaspar confirmou que mantém diálogos avançados sobre uma possível candidatura ao Senado da República nas eleições de 2026. Em declaração ao Blog do Edivaldo Júnior, o parlamentar afirmou que a decisão está próxima. “Tenho dialogado bastante e, em breve, comunicarei meu destino”, disse.

A sinalização reforça informações que já circulavam nos bastidores da política alagoana e aponta para um possível rompimento com o deputado federal Arthur Lira, de quem Gaspar é aliado. Ambos são apontados como pré-candidatos ao Senado, o que tende a gerar disputa interna no mesmo campo político. Segundo interlocutores, Gaspar já teria comunicado suas intenções



tanto a Lira quanto ao prefeito de Maceió, JHC, que articula a candidatura de Marina Candia ao Senado.

Caso confirme a decisão, a entrada de Alfredo Gaspar na disputa majoritária pode representar um obstáculo ao projeto político de Arthur Lira, que vinha trabalhando com a perspectiva de disputar o Senado sem concorrência forte dentro do próprio grupo.



Em entrevista recente, Lira afirmou que não haveria espaço político para três nomes competitivos do mesmo campo disputarem simultaneamente uma vaga ao Senado.

A eventual saída de Gaspar da corrida pela reeleição à Câmara dos Deputados também tende a provocar impactos na eleição proporcional. O deputado tem forte inserção junto ao eleitorado conservador e



de direita, o que abriria espaço para novas lideranças tentarem ocupar esse nicho político. Entre os nomes citados como possíveis beneficiários estão o deputado Fábio Costa, Marina Candia — caso opte por disputar a Câmara — ou ainda um candidato indicado pelo PL.

MAIS DE ESQUERDA?

Levantamento do Radar do Congresso aponta índices elevados de governismo da bancada alagoana no Senado Federal

Senadores de Alagoas figuram entre os mais alinhados ao governo Lula em 2025

Levantamento do Radar do Congresso, plataforma de monitoramento legislativo do Congresso em Foco, indica que o Senado Federal manteve, em 2025, alto nível de alinhamento com o governo federal nas votações realizadas em plenário. De acordo com os dados, apenas 10 dos 81 senadores apresentaram índice de governismo inferior a 50%, o que revela ampla maioria favorável às orientações do Palácio do Planalto.

O menor percentual registrado foi de 40%, atribuído ao senador Rogério Marinho (PL-RN). Os demais parlamentares abaixo da linha dos 50% concentraram índices entre 44% e 49%, indicando que, mesmo entre os menos alinhados, houve votações pontuais em consonância com o governo. Em sentido

oposto, a maior parte do Senado apresentou governismo elevado, com dezenas de senadores superando as marcas de 70%, 80% e até 90% de alinhamento.

Nesse contexto, a bancada de Alagoas aparece entre as mais alinhadas ao governo

do presidente Lula. O senador Renan Calheiros (MDB) registrou índice de 94% de alinhamento com o Executivo federal. Em seguida, Fernando Farias (MDB) apresentou 92% de governismo, enquanto a senadora Eudócia Caldas (PL) somou 89%.



Os números colocam os três senadores alagoanos acima da média nacional, evidenciando um comportamento majoritariamente favorável às pautas do Executivo no Senado ao longo de 2025. O dado chama atenção especialmente no caso de Eudócia Caldas, que integra o Partido Liberal, legenda associada à oposição ao governo federal, mas que, segundo o levantamento, manteve elevado grau de alinhamento nas votações.

No Radar do Congresso, o índice de governismo é calculado com base na proporção de votos em que deputados e senadores acompanham a orientação do líder do governo, em comparação às votações divergentes ou às abstenções. O indicador permite medir o grau de apoio de cada parlamentar às matérias de interesse do Executivo federal no Congresso Nacional.

MEIO AMBIENTE

Inquérito aponta falhas no licenciamento ambiental, ausência de estudos obrigatórios e riscos ao ecossistema costeiro e aos recursos hídricos da região

MPF recomenda suspensão de obras em empreendimento na Garça Torta

O Ministério Público Federal (MPF) recomendou, nesta quinta-feira (8), a paralisação imediata das obras de um empreendimento imobiliário em implantação no bairro da Garça Torta, no litoral norte de Maceió. A medida foi direcionada tanto ao município quanto à empresa responsável pelo projeto, diante de indícios de irregularidades no licenciamento ambiental e urbanístico.

A recomendação é resultado de um inquérito civil conduzido pelo procurador da República Érico Gomes, que apura a instalação do empreendimento em área de terreno de marinha e seus possíveis impactos sobre a comunidade local, o ecossistema costeiro sensível e o sistema hídrico da região.

Durante a



investigação, o MPF identificou que o Alvará de Aprovação de Projetos e Execução de Obras originalmente concedido estava com a validade expirada. Além disso, as renovações do alvará teriam ocorrido sem a emissão prévia da Licença Ambiental de Implantação Definitiva, em desacordo com o Decreto Municipal nº 8.062/2015, o que compromete a validade jurídica das

autorizações concedidas.

Diante do cenário, o MPF recomendou que a Prefeitura de Maceió suspenda imediatamente quaisquer alvarás relacionados ao empreendimento e se abstenha de emitir ou renovar novos atos administrativos que permitam o início, a continuidade ou a conclusão das obras, enquanto não houver a devida licença

ambiental definitiva expedida pelo órgão competente.

À empresa responsável, foi recomendada a suspensão imediata de todas as atividades no local, com a proibição de retomada das obras até que todas as pendências técnicas e documentais sejam sanadas e a Licença Ambiental de Implantação Definitiva seja regularmente emitida.

O MPF estabeleceu prazo de 10 dias úteis, a contar do recebimento da recomendação, para que o município e o empreendedor informem se irão acatar as medidas propostas.

Entre as irregularidades apontadas estão a ausência de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), a falta de comprovação da viabilidade técnica do abastecimento de água, a inexistência de solução ambientalmente adequada para o esgotamento sanitário e a carência de detalhamento das medidas mitigadoras e compensatórias voltadas à proteção do meio ambiente e do ecossistema costeiro.

POLÊMICA

Colegiados da Medicina e da Saúde criticam anulação de sindicância sobre atendimento médico a Jair Bolsonaro

Frentes parlamentares defendem autonomia do CFM após decisão judicial

As Frentes Parlamentares Mistas da Medicina e da Saúde manifestaram preocupação com a decisão judicial que anulou a sindicância instaurada pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) para apurar o atendimento médico prestado ao ex-presidente Jair Bolsonaro. As frentes são presididas pelo

senador Dr. Hiran Gonçalves e pelo deputado federal Dr. Zacharias Calil.

Em nota, os parlamentares destacaram que a sindicância é um procedimento previsto em lei e representa a fase inicial de qualquer apuração ética, com a finalidade de esclarecer fatos, garantir transparência e resguardar tanto o paciente quanto o profissional de saúde. Segundo o posicionamento, a interrupção da apuração antes de sua análise limita o exercício de atribuições legais conferidas aos conselhos de medicina pelo Congresso Nacional.

As frentes ressaltam que os conselhos profissionais têm a função de fiscalizar

o exercício da medicina em todo o território nacional, independentemente de o atendimento ocorrer em instituições públicas ou privadas. De acordo com o entendimento dos parlamentares, o vínculo do médico com o conselho é permanente e não se altera em razão da condição do paciente ou do contexto do atendimento.

O posicionamento também enfatiza que a atuação do CFM ocorre no âmbito técnico e administrativo, sem interferir em decisões judiciais ou na custódia de pacientes. Para as frentes, trata-se de uma instância essencial para a definição de padrões éticos, para a preservação da

autonomia profissional e para o fortalecimento da confiança da sociedade na prática médica.

Os parlamentares avaliam ainda que impedir a realização de apurações preliminares cria um precedente considerado preocupante, ao restringir a atuação de órgãos técnicos responsáveis pela fiscalização profissional. Segundo a nota, apurações conduzidas dentro da legalidade não fragilizam instituições, mas contribuem para a proteção dos profissionais de saúde e para a transparência dos procedimentos médicos.

Ao final, as Frentes Parlamentares da Medicina e da Saúde reafirmam o compromisso com a defesa da boa prática médica, da autonomia técnica e do respeito às atribuições legais dos conselhos profissionais, apontados como elementos fundamentais para um sistema de saúde ético, seguro e transparente.

JUSTIÇA ELEITORAL

Levantamentos de intenção de voto só poderão ser divulgados após cadastro na Justiça Eleitoral

Pesquisas eleitorais passam a exigir registro prévio no TSE a partir de janeiro

A partir de 1º de janeiro de 2026, todas as pesquisas de intenção de voto destinadas à divulgação pública deverão, obrigatoriamente, ser registradas na Justiça Eleitoral. A exigência está prevista na Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997) e é regulamentada por resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

De acordo com a legislação, o registro deve ser feito com antecedência mínima de cinco dias em relação à divulgação dos resultados, por meio do Sistema de Registro de Pesquisas Eleitorais (PesqEle). A regra vale para qualquer levantamento que trate da preferência do eleitorado, independentemente do meio em que os dados sejam divulgados.

Nas eleições gerais de 2022, o TSE contabilizou 2.971 pesquisas eleitorais registradas em todo o país. Em Alagoas, foram cadastrados 50 levantamentos ao longo do período eleitoral.

Regras para o registro

Para efetuar o cadastro, a empresa ou entidade responsável pela pesquisa deve informar o contratante, o financiador, o valor pago e a origem dos recursos utilizados. Também é obrigatória a apresentação da metodologia empregada, incluindo período de coleta, número de entrevistas, margem de erro, nível de confiança e critérios da amostra, como faixa etária, escolaridade, renda e área pesquisada.

O processo exige ainda o envio do questionário aplicado, da nota fiscal, do nome do estatístico responsável e a indicação dos cargos e das localidades abrangidas pelo levantamento. A legislação permite o uso de equipamentos eletrônicos, como tablets, durante a coleta dos dados, que podem ser fiscalizados a qualquer momento pela Justiça Eleitoral.

Na divulgação dos resultados, devem constar informações como período da pesquisa, margem de erro, nível de confiança, número de entrevistas, número de registro no TSE, nome da empresa responsável e identificação do contratante, quando houver.

Após o registro das candidaturas, todos os concorrentes devem constar na lista apresentada aos entrevistados. Partidos, federações, candidatos e o Ministério

Público podem solicitar acesso aos dados de controle e contestar pesquisas caso identifiquem eventuais irregularidades. O TSE esclarece que não analisa previamente os resultados, mas pode aplicar sanções em caso de descumprimento da legislação.

A divulgação de pesquisas sem registro ou fora das regras legais pode resultar em multas que variam de R\$ 53.205 a R\$ 106.410, inclusive para veículos de

comunicação que apenas reproduzam o conteúdo. Já as enquetes, por não possuírem valor científico, são proibidas durante o período eleitoral — a partir de 15 de agosto do ano da eleição — e sua divulgação pode acarretar a retirada imediata do conteúdo, sob pena de crime de desobediência.



EDUCAÇÃO

Deputado aponta que índice projetado para 2026 fica abaixo da inflação e pode gerar perda real para professores

Rafael Brito defende revisão urgente do cálculo do piso nacional do magistério

A projeção de um reajuste de apenas 0,37% para o piso salarial nacional do magistério em 2026 levou a Bancada da Educação no Congresso Nacional a defender a revisão imediata da regra de cálculo atualmente em vigor. Pelo índice estimado, o piso passaria de R\$ 4.867,77 para R\$ 4.885,78, percentual inferior à inflação acumulada prevista para 2025, estimada em 4,31%, o que representaria perda real do poder de compra dos professores.

Presidente da Frente Parlamentar Mista da Educação, o deputado Rafael Brito (MDB-AL) avalia que o cenário evidencia limitações do modelo atual, baseado exclusivamente no

crescimento do Valor Aluno Fundeb (VAAF). Segundo ele, a regra não garante previsibilidade nem reposição inflacionária para uma categoria considerada estratégica. Para o parlamentar, a valorização do magistério precisa ocupar posição central na agenda nacional, com um mecanismo de reajuste mais estável e compatível com a realidade econômica.

De acordo com Rafael Brito, duas alternativas são discutidas para evitar perdas salariais em 2026: a edição de uma Medida Provisória que altere de forma imediata o cálculo do piso, abrindo prazo para debate no Congresso, ou o envio de um Projeto de Lei com urgência constitucional, permitindo tramitação acelerada e votação ainda no primeiro semestre. O deputado afirma que já existem propostas técnicas em discussão, mas defende uma solução rápida diante do impacto direto sobre a categoria.

A Bancada da Educação também sustenta que a revisão do modelo deve envolver governadores, prefeitos, secretários estaduais e municipais de educação, além de conselhos e



entidades representativas. O objetivo, segundo o grupo, é construir uma regra que assegure previsibilidade orçamentária, especialmente para municípios de menor porte — cerca de 20% deles ainda não cumprem integralmente o piso atual.

As articulações incluem diálogo com o Ministério da Educação. A Frente Parlamentar já iniciou tratativas com o ministro Camilo

Santana para buscar uma solução que concilie responsabilidade fiscal e valorização profissional. A bancada afirma que continuará acompanhando os dados do Fundeb e discutindo alternativas legislativas para evitar que o reajuste do piso do magistério em 2026 fique abaixo da inflação.

HOSPITAL NA UTI

Enquanto funcionários amargam salários atrasados, ações judiciais liberam valores milionários em meio ao colapso da unidade conveniada ao SUS

Dossiê Veredas: a queda de um hospital e a dinheirama que escorreu para os advogados

O Hospital Veredas, hoje símbolo da decadência administrativa e financeira da saúde privada conveniada ao SUS em Alagoas, atravessa um dos momentos mais críticos de sua história. Greves,

bloqueios de vias públicas, salários atrasados e denúncias recorrentes de colapso operacional contrastam com um dado que salta dos autos judiciais: valores milionários foram judicialmente

direcionados ao pagamento de honorários advocatícios, em detrimento da folha de trabalhadores que mantêm a unidade em funcionamento.

A transferência de recursos ocorreu

por força de decisão judicial proferida no âmbito do processo nº 0713416-23.2024.8.02.0001, ação movida por escritório de advocacia que manteve contrato com o hospital desde 2019.

A execução beneficiou diretamente Joaquim Pontes de Miranda Neto, irmão do ex-secretário de Estado da Saúde de Alagoas, Gustavo Pontes de Miranda, e Fábio Manoel Frago

Bittencourt Araújo, advogado que integra o escritório credor e é filho do presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas, desembargador Fábio José Bittencourt Araújo.



Um hospital em ruínas e um crédito tratado como prioridade absoluta

Enquanto profissionais da saúde relatavam atrasos salariais sucessivos — em alguns casos ultrapassando meses — e denunciavam a impossibilidade de honrar compromissos básicos, o Judiciário reconhecia a natureza alimentar dos honorários advocatícios, equiparando-os a créditos trabalhistas e autorizando a

penhora de percentual do faturamento do hospital.

Nos autos, o valor cobrado pelo escritório ultrapassa R\$ 1,6 milhão, resultado de mensalidades contratuais que variaram entre R\$ 66 mil e R\$ 69,9 mil, acumuladas desde maio de 2022, acrescidas de correção monetária

e juros legais. Ainda que esse seja o montante explicitamente quantificado até o momento, os próprios documentos judiciais indicam que as quantias envolvidas no litígio são expressivas e podem ser bem superiores à casa de R\$ 1 milhão, a depender de novos desdobramentos. Em termos práticos, o dinheiro que não

chegou ao bolso de enfermeiros, técnicos, maqueiros e profissionais administrativos acabou chegando ao bolso de advogados, por meio de alvarás judiciais expedidos em pleno cenário de crise.

Embora a execução judicial atualmente reconhecida esteja na casa de R\$ 1,6 milhão, uma leitura ampliada do contrato

firmado em 2019 permite vislumbrar, em tese, um cenário de impacto financeiro muito mais elevado. Caso viessem a ser consideradas todas as parcelas contratuais ao longo dos anos, somadas correção monetária, juros, multas e eventuais desdobramentos processuais, o passivo poderia, hipoteticamente, alcançar valores

muito superiores, chegando à casa das dezenas de milhões de reais. Trata-se, contudo, de uma projeção meramente hipotética, não reconhecida judicialmente e não refletida nos valores atualmente executados, mas que ajuda a dimensionar o peso econômico do litígio em meio à crise profunda vivida pelo Hospital Veredas.

Defesa tardia e a perda do direito de reagir

O processo de segundo grau revela um dado ainda mais sensível: o Hospital Veredas perdeu o prazo legal para contestar a decisão que autorizou a penhora. A ordem judicial foi proferida em março de 2025, mas a fundação hospitalar permaneceu inerte. Apenas meses depois, quando a execução já avançava, tentou reverter o bloqueio por meio de agravo de instrumento — estratégia considerada tardia e juridicamente inviável, segundo as contrarrazões apresentadas pelo credor.

O Tribunal foi instado a analisar um recurso que, na prática, não atacava a decisão original, mas apenas um despacho que reiterou o cumprimento do que já havia sido determinado. A consequência foi o reconhecimento da preclusão temporal, com a manutenção da constrição financeira.

SUS como escudo jurídico e não como prioridade prática

Na tentativa de barrar a execução, o hospital alegou que seus recursos seriam impenhoráveis por terem origem em repasses do Sistema Único de Saúde (SUS). O argumento, no entanto, foi relativizado diante da ausência de comprovação de que 100% do faturamento estivesse vinculado exclusivamente à saúde pública.

Curiosamente, o SUS surge nos autos como escudo jurídico, mas não como garantia prática para os trabalhadores que sustentam o atendimento diário da população. O mesmo hospital que invoca a essencialidade do serviço para impedir a penhora é aquele que, na prática, não assegurou a regularidade do pagamento de seus próprios funcionários.



O constrangimento institucional no topo do Judiciário

A atuação de Fábio Manoel Frago Bittencourt Araújo na execução levou o presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas, Fábio José Bittencourt Araújo, a declarar-se formalmente impedido de apreciar o feito, conforme as regras de suspeição e impedimento previstas no Código de Processo Civil.

O gesto, juridicamente correto, não elimina o constrangimento institucional: um hospital em colapso financeiro, com salários atrasados e crise assistencial, teve valores milionários liberados em favor de um escritório que reúne laços diretos com a cúpula do Judiciário e com o comando da saúde estadual.

A inversão de prioridades que escancara a falência moral do sistema

O caso expõe uma inversão brutal de prioridades. Em vez de assegurar a subsistência de centenas de trabalhadores da saúde, o sistema jurídico funcionou com eficiência máxima para proteger um crédito privado de alto valor, firmado em contrato anos antes da crise, mas executado no auge do colapso institucional.

A decadência do Hospital Veredas não é apenas financeira. É administrativa, social e moral. Quando salários atrasados deixam de ser tratados como urgência e milhões fluem para honorários advocatícios, o que se revela não é apenas uma disputa judicial, mas um retrato cruel de como recursos públicos e para-públicos podem ser redistribuídos longe de quem sustenta o serviço essencial na ponta — tema que seguirá sendo aprofundado nas próximas edições desta cobertura.

O que dizem as ações do MPF sobre o Hospital Veredas

A crise enfrentada pelo Hospital Veredas já foi objeto de diversas intervenções do Ministério Público Federal (MPF), muitas delas em conjunto com o Ministério Público de Alagoas (MPAL) e a Defensoria Pública da União (DPU). Os procedimentos e ações judiciais revelam que a situação de colapso financeiro e assistencial da unidade é antiga,

recorrente e amplamente conhecida pelas autoridades.

Entre as medidas adotadas, o MPF ajuizou ação civil pública para que o Município de Maceió decretasse intervenção temporária no Hospital Veredas, diante do risco de interrupção de serviços essenciais do SUS, incluindo áreas sensíveis como oncologia e

atendimento de alta complexidade. A iniciativa teve como fundamento a incapacidade da gestão em manter o funcionamento regular da unidade.

Em outro momento, o MPF, o MPAL e a DPU solicitaram à Justiça o bloqueio de aproximadamente R\$ 2,7 milhões em contas do Estado de Alagoas para garantir o

pagamento prioritário de salários atrasados de funcionários do hospital e evitar a paralisação completa dos serviços. A medida foi adotada após sucessivos atrasos nos repasses e denúncias de trabalhadores que chegaram a relatar meses sem remuneração.

As instituições também participaram da celebração de um Termo de Ajustamento

de Conduta (TAC), homologado pela Justiça Federal, que previu a intervenção e o acompanhamento da gestão do Hospital Veredas, com o objetivo de assegurar transparência administrativa, continuidade do atendimento à população e regularização das obrigações trabalhistas.

As ações do MPF evidenciam que a

crise do Hospital Veredas não é episódica, mas estrutural, e que o hospital já esteve sob monitoramento e intervenção judicial justamente para proteger trabalhadores e pacientes do SUS — contexto que torna ainda mais sensível a liberação de valores milionários para pagamento de honorários advocatícios enquanto salários permaneciam atrasados.



QUEDA DO BOLSONARISMO

Senador afirma que projeto vetado atendia a interesses políticos específicos e defende manutenção das regras atuais para crimes contra o Estado Democrático de Direito

Renan Calheiros apoia veto de Lula e critica articulação do Centrão sobre penas do 8 de janeiro

O senador Renan Calheiros (MDB-AL) manifestou apoio ao veto integral do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Projeto de Lei nº 2162/2023, que tratava da progressão de regime e da dosimetria de penas para crimes contra o Estado Democrático de Direito, incluindo atos praticados em contexto de multidão, como os ataques de 8 de janeiro de 2023. A declaração foi feita no mesmo dia em que o governo federal realizou, no Palácio do Planalto, uma cerimônia em memória dos três anos dos atos golpistas.

Em publicação nas redes sociais, Renan afirmou que o projeto não representava uma demanda da sociedade e

atribuiu sua defesa a interesses políticos de setores do Congresso. Segundo o senador, a proposta atendia a uma “pretensão do Centrão e do Arthur Lira”, em referência ao ex-presidente da Câmara dos Deputados Arthur Lira. Para Renan, a tentativa de alterar regras relacionadas às penas criaria uma situação inédita no país, ao permitir que condenados influenciassem diretamente na definição do cumprimento das sentenças.

O parlamentar também ressaltou que a legislação brasileira já prevê mecanismos de dosimetria e progressão de pena por meio da Lei de Execução Penal, que permite a redução da pena com base em trabalho ou estudo, sem a necessidade de mudanças específicas para os crimes relacionados aos ataques às instituições democráticas.

A manifestação do senador ocorreu no mesmo dia em que o presidente Lula classificou o 8 de janeiro como “o dia da vitória da democracia brasileira” e destacou a necessidade de vigilância permanente para sua preservação. No evento, autoridades do governo reforçaram a avaliação de que ameaças ao regime democrático não se

limitam a rupturas abruptas, mas também podem ocorrer por meio de iniciativas graduais de enfraquecimento institucional.

Ao comentar o veto presidencial, Renan Calheiros alinhou-se ao discurso institucional de defesa da ordem democrática e afirmou que não cabe a pressões políticas circunstanciais ou a interesses de grupos específicos redefinir os parâmetros de

punição para crimes contra o Estado Democrático de Direito. Segundo o senador, a responsabilização pelos atos de 8 de janeiro deve seguir o marco legal já existente, como forma de preservar a autoridade das instituições e o respeito à Constituição.



DINHEIRAMA

Divulgação institucional e despesas com transporte concentraram a maior parte dos recursos, segundo dados oficiais da Câmara

Deputados federais de Alagoas gastaram R\$ 3,77 milhões da cota parlamentar em 2025

Os deputados federais de Alagoas utilizaram R\$ 3.771.141,47 em recursos da Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar (CEAP) ao longo de 2025, conforme dados oficiais disponibilizados pela Câmara dos Deputados. O valor corresponde às despesas permitidas para a manutenção e o funcionamento dos mandatos e engloba gastos com divulgação institucional, passagens aéreas, aluguel de veículos, combustíveis, manutenção de escritórios políticos, telefonia, hospedagens e serviços auxiliares.

A análise dos dados mostra que a divulgação da atividade parlamentar foi a principal rubrica de despesas da maioria dos parlamentares, seguida por gastos com transporte terrestre e aéreo e pela estrutura de apoio aos mandatos nos estados de

origem.

O maior volume de recursos foi utilizado por Luciano Amaral (PSD), que declarou R\$ 552.140,11 em gastos no período. Desse total, R\$ 274.400,00 foram destinados à divulgação parlamentar. Também aparecem entre as principais despesas o aluguel de veículos e a manutenção de escritório político, além de gastos com combustíveis, passagens aéreas emitidas pelo sistema oficial da Câmara e telefonia.

Na segunda colocação está Marx Beltrão (PP), com R\$ 480.356,48 declarados em 2025. A divulgação institucional concentrou a maior parte dos recursos, somando R\$ 383.000,00, valor significativamente superior às demais despesas. Os gastos com deslocamento aéreo também se destacam, enquanto manutenção de escritório e telefonia aparecem com valores residuais.

Em seguida, Delegado Fábio Costa (PP) utilizou R\$ 462.084,95 da cota parlamentar. A divulgação da atividade parlamentar respondeu pela maior parcela do total, seguida por despesas com aluguel de veículos e manutenção de escritório. Passagens aéreas, combustíveis e telefonia completam o conjunto dos gastos declarados.

Rafael Brito (MDB) registrou R\$ 447.113,12 em despesas ao longo do ano. Diferentemente de outros parlamentares,

apresentou um perfil mais distribuído de gastos, com valores relevantes em divulgação institucional, aluguel de veículos, passagens aéreas e manutenção de escritório, além de despesas com hospedagens fora do Distrito Federal e outros serviços vinculados à atividade parlamentar.

Alfredo Gaspar (União Brasil) declarou R\$ 430.844,41 em gastos pela CEAP em 2025. A maior parte foi destinada à divulgação parlamentar, seguida por despesas com aluguel de veículos, passagens aéreas, combustíveis e manutenção de escritório. Os gastos com telefonia aparecem com valor reduzido no conjunto.

Daniel Barbosa (PP) utilizou R\$ 426.156,90 da cota parlamentar. A divulgação institucional novamente concentrou a maior parcela dos recursos, enquanto aluguel de veículos, passagens aéreas e combustíveis responderam pela maior parte do restante das despesas. Gastos com hospedagem fora do Distrito Federal também aparecem nos dados.

Paulão (PT) informou despesas de R\$ 401.728,11 ao longo de 2025. Os recursos foram aplicados principalmente em divulgação da atividade parlamentar, aluguel de veículos, passagens aéreas e manutenção de escritório, além de gastos com combustíveis, telefonia e serviços de apoio.

Com um dos menores volumes de

gastos entre os parlamentares alagoanos, Arthur Lira (PP) declarou R\$ 299.146,69 em despesas. Os dados indicam concentração em divulgação institucional, passagens aéreas reembolsadas e gastos com combustíveis e aluguel de veículos.

O menor valor declarado foi o de Isnaldo Bulhões Jr. (MDB), que utilizou R\$ 271.570,70 da cota parlamentar em 2025. Nesse caso, as despesas com passagens aéreas pelo sistema oficial da Câmara representaram a maior parte do total, seguidas por gastos com aluguel de veículos e combustíveis. As demais rubricas aparecem com valores pontuais.



INSTITUCIONAL

Serfi está à frente das articulações com os poderes Executivo e Legislativo locais

Governo de Alagoas alinha logística para receber a Caravana Federativa

O secretário Executivo Marcos Rêgo (Serfi) e o arquiteto da Secretaria Especial de Assuntos Federativos (Seaf/SRI), Daniel Szwec, reuniram-se, nesta quarta-feira (8) com o presidente da União dos Vereadores de Alagoas (Uveal), Neto Bomfim, e o superintendente da entidade, José Ribeiro, para alinhar detalhes da vinda da Caravana Federativa do Governo Lula a Alagoas.

O encontro teve como foco a organização da participação dos vereadores dos municípios alagoanos, com o objetivo de facilitar a integração e garantir que a Caravana seja um espaço efetivo de diálogo, cooperação e construção de soluções.

Na quarta (7), as equipes dos governos de Alagoas e Federal iniciaram os ajustes da logística com uma visita técnica ao Centro Cultural e de Exposições Ruth Cardoso,

que receberá a Caravana, acompanhados pela gestora do espaço, Larissa Lopes.

Em novembro, o secretário de Estado de Relações Federativas e Internacionais, Júlio Cezar, esteve na Associação dos Municípios Alagoanos (AMA), em Maceió, com o presidente da entidade, Marcelo Beltrão e o assessor especial de Assuntos Federativos da Presidência da República, Maurílio Pedrosa, para adiantar os preparativos.

A vinda da Caravana Federativa, nos dias 26 e 27 de fevereiro, foi confirmada no final de dezembro passado, quando o secretário de Estado, Júlio Cezar, foi a Brasília para reunião com o assessor especial da Secretaria de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (SRI), Hilário Marques.

A iniciativa tem por

finalidade aproximar os entes federativos, promovendo diálogo direto, assistência técnica e acesso a programas e recursos da União. Durante os dois dias, prefeitos, gestores municipais, vereadores, equipes técnicas e organizações da sociedade civil terão acesso à prestação de serviços, orientações sobre convênios, resolução de pendências administrativas, além de anúncios de investimentos,

obras e entrega de equipamentos do Governo Federal.

“A Serfi atua como elo estratégico entre o Governo de Alagoas, os municípios, o Governo Federal e organismos internacionais. É nossa missão articular políticas públicas integradas, promover a cooperação técnica e institucional e fortalecer a presença de Alagoas no cenário nacional e internacional”, afirmou Júlio Cezar.



TECNOLOGIA

Programa criado em 2018 se consolida como política pública de prevenção à violência, segurança de proximidade e cuidado social em Alagoas

Ronda no Bairro completa 8 anos com programação especial na rua fechada neste domingo

O Programa Ronda no Bairro, vinculado à Secretaria de Estado da Prevenção à Violência (Seprev), completa oito anos de atuação nesta semana com papel estratégico na promoção da segurança cidadã e da cultura de paz em Alagoas. O programa foi oficialmente instituído por meio do Decreto nº 57.008, de 2 de janeiro de 2018, e desde então vem se consolidando como uma das principais políticas públicas de prevenção à violência no estado.

Para celebrar a data, a Seprev preparou uma série de atividades comemorativas, que serão promovidas em todos os territórios de atuação. A programação tem início no próximo domingo (11), na orla marítima de Maceió,

na tradicional Rua Fechada, no trecho entre os bairros da Pajuçara e Ponta Verde. As ações acontecem das 8h às 10h30 e incluem distribuição de pulseirinhas de identificação para crianças, ginástica laboral, aulas de Fitdance, Zumba e TaeKwondo, bikes e patinetes para crianças, serviços de saúde como verificação de pressão, dicas de nutrição e exame de vista, além da apresentação especial da Banda de Música do Ronda no Bairro.

No dia 18 de janeiro, será a vez do território da Praia do Francês receber a programação comemorativa, com as mesmas atividades. O local e horário da comemoração no Francês serão divulgados posteriormente, assim como as datas dos eventos nos demais territórios.

Para o secretário de Estado da Prevenção à Violência, Ricardo Dória, a data representa mais do que uma comemoração.

“Celebrar os oito anos do Ronda no Bairro é reconhecer o empenho do Governo de Alagoas, antes com o então governador Renan Filho, que implantou o programa, e agora sob a liderança do governador Paulo Dantas, em investir de forma contínua em políticas públicas voltadas à prevenção da violência, à segurança e ao bem-estar da população. O Ronda é uma referência nacional por unir presença territorial, cuidado social e aproximação com a comunidade”, destacou.

Além do policiamento de proximidade, o Ronda no Bairro desenvolve um trabalho integrado com as demais forças de segurança pública, fortalecendo a atuação conjunta e ampliando a sensação de segurança nos territórios atendidos. O programa também se destaca pelo seu caráter social e humanitário, por meio da equipe social, formada por psicólogos e assistentes sociais, que fazem busca ativa, atendimentos, orientações e

encaminhamentos a pessoas em situação de vulnerabilidade.

Outro diferencial do Ronda é a presença de agentes bilíngues, preparados para o atendimento especializado a turistas que visitam Alagoas, contribuindo para a hospitalidade e a segurança durante todo o ano. O programa também desenvolve o Ronda Mirim Corações da Paz, projeto socioeducativo voltado para crianças e adolescentes dos territórios do Jacintinho e Benedito Bentes, com atividades que estimulam valores como cidadania, disciplina, respeito e convivência comunitária.

Atualmente, o Ronda no Bairro atua em seis territórios, sendo quatro em Maceió (Jacintinho, Centro, orla marítima e Benedito Bentes) e dois na Região Metropolitana (Praia do Francês, em Marechal Deodoro, e no município de Rio Largo), levando ações integradas de segurança, cidadania e acolhimento social à população.



FATOS Em FOCO

COM WILLAMES DE MELO

MARCA DE SUCESSO



A Don Diego Style vem se consolidando como uma das marcas que mais crescem em todo o estado, unindo identidade, qualidade e um conceito que vai além da moda. Com peças que traduzem presença, sofisticação e autenticidade, a marca conquista um público que valoriza estilo e personalidade. Atualmente, a Don Diego Style conta com unidades em Arapiraca e Maceió, ampliando sua atuação e se firmando como referência no segmento contemporâneo.

CESTA MAIS CARA

Maceió foi uma das 17 capitais brasileiras em que a cesta básica ficou mais cara em dezembro de 2025, conforme a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos. O levantamento é divulgado mensalmente pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

EMISSIONES EM ALTA

O Instituto de Identificação de Alagoas divulgou o balanço das emissões da Carteira de Identidade Nacional (CIN) referentes ao ano de 2025. Os números confirmam um marco histórico: o estado bateu recorde na emissão do documento e conquistou posições de destaque nos cenários nacional e regional.

ARBITRAGEM EM FOCO

A pré-temporada da arbitragem alagoana de 2026 chegou ao fim, concluindo uma semana de atividades voltadas à preparação dos árbitros dos quadros da CBF e da FAF. A programação reuniu avaliações físicas e teóricas, atividades práticas e estudos técnicos, com foco no alinhamento técnico e no fortalecimento da arbitragem para a temporada.

LEGISLATIVO

Data da votação em plenário será definida após a entrega dos pareceres da Controladoria Geral e do relator

Comissão de Orçamento discute apreciação da Lei Orçamentária Anual de Maceió

A Comissão de Orçamento da Câmara Municipal de Maceió reuniu-se nesta quinta-feira (8) para discutir a votação da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026, que deve ocorrer nos próximos dias.

De acordo com o presidente da Comissão, vereador Samyr Malta, na segunda-feira, dia 12, os vereadores irão definir com o presidente da Casa, Chico Filho, um calendário para a votação no plenário. A Controladoria Geral deve emitir o parecer sobre a legalidade das emendas feitas pelos parlamentares nesta sexta-feira (9).

O parlamentar explicou qual será o trâmite a partir de agora. “No momento,



estamos esperando que a Controladoria possa se debruçar sobre as emendas e mandar a lei de volta para a Comissão, para que a gente possa enviar ao relator. Em seguida, o relator faz a sua relatoria e a gente aprova ou não. Depois, segue para o plenário”, detalhou.



AGRESTE

Parlamentar cobra intensificação das rondas em áreas de lazer e aponta defasagem no efetivo policial em Arapiraca

Vereador pede reforço do policiamento após homicídio no Bosque das Arapiracas

O assassinato de Cícera Laura, ocorrido no Bosque das Arapiracas, reacendeu o debate sobre a segurança pública em áreas utilizadas pela população para caminhada, exercícios físicos e lazer em Arapiraca. Diante do crime, o vereador Vavazinho, presidente da Comissão de Segurança da Câmara Municipal, encaminhou ofício ao comando do 3º Batalhão da Polícia Militar, solicitando a intensificação imediata das rondas ostensivas e do policiamento preventivo nesses locais.

No documento, o parlamentar destaca a comoção social provocada pelo homicídio e o sentimento de insegurança relatado por moradores que frequentam diariamente o bosque, especialmente nos horários da manhã. Segundo Vavazinho, o episódio

evidencia a necessidade de ações mais efetivas de policiamento em espaços públicos amplamente utilizados pela população.

Além do Bosque das Arapiracas, o vereador também solicitou reforço da segurança em outros pontos considerados estratégicos da cidade, como o Lago da Perucaba, as margens do Riacho Piauí, a Avenida Ceci Cunha e demais áreas verdes destinadas ao lazer e à prática esportiva. Para ele, a presença policial nesses locais é fundamental para prevenir crimes e garantir tranquilidade aos frequentadores.

Vavazinho afirma que a pauta da segurança pública tem sido recorrente em seu mandato. Segundo o parlamentar, ao longo do último ano foram encaminhados pedidos à Prefeitura e ao Governo do Estado para ampliação do policiamento, realização de concurso para a Guarda Municipal e implantação do programa Ronda do Bairro em Arapiraca.

Em manifestação divulgada nas redes sociais, o vereador lamentou a morte de Cícera Laura e avaliou que a tragédia poderia ter sido evitada com policiamento mais eficiente no local. Ele ressaltou que o município conta

com uma tropa experiente e reconhecida pela atuação do 3º BPM, mas enfrenta um problema estrutural decorrente do crescimento acelerado da cidade sem a correspondente ampliação do efetivo policial.

O parlamentar destacou ainda que o pedido de reforço não representa crítica à Polícia Militar, mas um alerta sobre a necessidade de mais investimentos em segurança pública. No ofício, ele reconhece o trabalho desenvolvido pelo batalhão e coloca a Comissão de Segurança da Câmara à disposição para colaborar com ações integradas de enfrentamento à criminalidade. Vavazinho afirma que continuará cobrando do Governo do Estado a implantação da Ronda do Bairro até que Arapiraca conte com reforço suficiente para garantir à população o direito de utilizar os espaços públicos com segurança.



GESTÃO ESPORTIVA

Ex-dirigente assume papel de aconselhamento técnico e administrativo para auxiliar nova gestão no CT Gustavo Paiva

Rafael Tenório detalha suporte ao futebol e reafirma comando de Robson Rodas no CSA

Após o retorno oficial ao cotidiano do Azulão, Rafael Tenório utilizou o primeiro contato com a imprensa para delimitar seu novo raio de ação. O antigo mandatário ressaltou que sua chegada serve como um braço direito

para Robson Rodas, atual detentor da caneta no clube. A ideia central é que Rodas mantenha o foco na saúde financeira e institucional, enquanto Tenório aplica seu conhecimento de vestiário para dar suporte aos processos internos. Durante o diálogo, o dirigente revelou ter sugerido ao atual presidente um distanciamento maior de ruídos externos, especialmente vindos

de plataformas digitais. Na visão de Tenório, o foco deve permanecer restrito ao planejamento estabelecido, sem que fatores externos interfiram na tomada de decisão. Ele acredita que essa blindagem é fundamental para que o trabalho flua com a serenidade necessária em um ambiente de alta pressão.

No campo prático, a atuação de Tenório será pautada pela proximidade com a comissão técnica e o elenco. Ele pretende modernizar fluxos que envolvem desde o setor nutricional até a análise de desempenho. A meta é criar um ecossistema profissional onde cada departamento entregue o máximo rendimento, permitindo que os atletas se preocupem exclusivamente com o desempenho dentro das quatro linhas.

Mesmo com a influência que exerce, o dirigente fez questão de sublinhar que a palavra final pertence sempre ao presidente em exercício. A engrenagem funcionará de forma compartilhada, mas respeitando a hierarquia administrativa. Para ele, o momento exige pé no chão e foco total no compromisso imediato contra o Coruripe, tratando cada rodada do estadual como uma decisão isolada.

Sobre a filosofia de trabalho, Rafael pretende importar conceitos de sua trajetória empresarial para o ambiente do futebol. Os pilares mencionados envolvem a otimização de recursos e a busca pelo benefício mútuo em todas as negociações. Essa mentalidade visa garantir que o CSA recupere o protagonismo local e consiga atingir a final do Campeonato Alagoano com um elenco equilibrado e motivado.

Ao final da conversa, a montagem do grupo também foi pauta. O dirigente admitiu que o monitoramento do mercado continua ativo, identificando uma lacuna específica na lateral-esquerda. O departamento de análise já trabalha na triagem de nomes para que, após o crivo do treinador e a aprovação financeira de Rodas, o clube consiga suprir essa carência técnica o quanto antes.



FUTEBOL BRASILEIRO

Treinador do CRB projeta temporada atípica com maratona de jogos antes da pausa internacional

Calendário de 2026 força adaptações e Barroca planeja interrupção para a Copa do Mundo



O técnico Eduardo Barroca trouxe uma análise detalhada sobre os desafios impostos pelo cronograma do futebol nacional nesta temporada. Com a realização do Mundial, as competições locais sofrerão alterações significativas, exigindo um planejamento cirúrgico das comissões técnicas. A Série B, principal foco do Galo, terá suas atividades suspensas por vinte dias em junho, o que obrigará o clube a buscar um novo ritmo de preparação.

O comandante regatiano enxerga esse período sem jogos como uma oportunidade para recalibrar a rota. A estratégia é construir uma base sólida de pontos até a paralisação, transformando o intervalo em um laboratório de correções. Segundo ele, o início antecipado do nacional exige que o grupo atinja a maturidade tática mais

cedo do que o habitual para suportar a sequência de embates que se aproxima.

A agenda do primeiro semestre promete ser intensa, com o CRB dividindo atenções entre o estadual, a Copa do Nordeste e a Copa do Brasil. Barroca destacou que o curto intervalo entre os jogos exigirá muito da fisiologia e do elenco. Para ele, a gestão de energia dos jogadores será o diferencial para manter a competitividade em frentes tão distintas e exigentes fisicamente.

Além de olhar para o futuro, o técnico utilizou experiências passadas como bússola para 2026. Ele pontuou que a equipe precisa evoluir no desempenho longe de seus domínios, evitando o desperdício de pontos que custaram caro na última temporada. A meta é transformar o aprendizado em vitórias, especialmente

em confrontos diretos contra adversários que brigam na parte de cima da tabela.

O treinador recordou partidas recentes contra rivais de elite para ilustrar que o time possui volume de jogo, mas carece de maior eficiência para converter as chances criadas. A ideia é que, nesta nova jornada, o CRB consiga aliar o bom futebol aos resultados práticos. Com o estadual batendo à porta, o trabalho de Barroca entra agora na fase de execução para superar as dificuldades de um ano singular.

Copinha avança

A Inter de Limeira conquistou uma vitória importante por 3 a 1 sobre o CSA na Copa São Paulo de Futebol Júnior e garantiu classificação à segunda fase da competição após 10 anos. O Leãozinho abriu o placar cedo e manteve a vantagem mesmo após o CSA equilibrar o confronto no primeiro tempo. Com o triunfo, o time soma quatro pontos no Grupo 9 e segue vivo na disputa do torneio de base mais tradicional do país. A campanha começou com derrota para o Bahia e empate contra o América-SP antes de assegurar a vaga. A equipe agora aguarda adversário da próxima fase e projeta sequência positiva na Copinha.

Alvo peixe

O Santos intensifica conversas para contratar o atacante Michael, atualmente no Flamengo, como reforço para o setor ofensivo. O clube vê o jogador de 29 anos como uma alternativa viável após dificuldades em outras negociações do mercado. A diretoria santista avalia diferentes formatos de negócio para tentar viabilizar a chegada do atleta à Vila Belmiro. Michael busca mais minutos em campo depois de perder espaço no elenco rubro-negro. Um possível empréstimo é a principal opção estudada entre os clubes envolvidos.

Paz azulina

O executivo Carlos Bonatelli comemorou o retorno de Rafael Tenório ao CSA, destacando sua importância institucional ao clube. Tenório volta com a missão de fortalecer o departamento de futebol e melhorar a imagem do Azulão no mercado. Segundo Bonatelli, o dirigente possui credibilidade e experiência para auxiliar na montagem do elenco. A diretoria acredita que sua presença trará mais segurança em negociações e planejamento esportivo. O CSA trabalha para estruturar a temporada e buscar melhores resultados em 2026.

COB otimista

O presidente do Comitê Olímpico do Brasil anunciou os embaixadores brasileiros para os Jogos Olímpicos de Inverno de 2026. Isabel Clark e Claudinei Quirino foram escolhidos para representar o país no ciclo rumo à competição em Milão-Cortina. A iniciativa busca ampliar a visibilidade dos esportes de inverno e fortalecer a presença do Brasil no cenário olímpico. O dirigente também demonstrou confiança no desenvolvimento dos atletas brasileiros no próximo ciclo. A expectativa é de crescimento e maior engajamento do público nos esportes olímpicos.

BASTIDORES DA BOLA

Clube paulista envia comprovantes de pagamento para encerrar sanção e registrar novos atletas

Corinthians quita pendência com Santos Laguna e busca liberação imediata na Fifa

A diretoria do Corinthians deu um passo decisivo para regularizar sua situação perante os órgãos internacionais de controle. O clube efetuou o depósito referente à dívida com o Santos Laguna, do México, relativa à transferência de Félix Torres. Com o pagamento realizado, o departamento jurídico do Timão agora foca na burocracia necessária para derrubar o impedimento de novas inscrições de jogadores.

O processo de encerramento da sanção depende agora de uma formalidade entre as partes envolvidas. O clube mexicano precisa notificar a entidade

máxima do futebol mundial sobre o recebimento dos valores. Assim que a Fifa processar essa confirmação, o sistema de registros será desbloqueado, permitindo que o Alvinegro volte a movimentar seu elenco de forma oficial para as competições da temporada.

Essa quitação era vista como prioridade máxima no Parque São Jorge para evitar que o elenco ficasse defasado nas rodadas iniciais. A gestão trabalhou em ritmo acelerado para viabilizar os recursos, entendendo que a manutenção do transfer ban traria prejuízos técnicos severos. O fluxo financeiro foi ajustado para que o débito não se tornasse um obstáculo maior no planejamento esportivo de 2026.

Internamente, existe um otimismo moderado de que a resposta da federação

internacional chegue nos próximos dias. Os advogados do Corinthians monitoram o sistema constantemente, prontos para enviar a documentação dos reforços assim que a luz verde aparecer. O objetivo é dar condições de jogo aos recém-chegados para que a comissão técnica tenha todas as peças à disposição no curto prazo.

Além do caso específico dos mexicanos, a cúpula corintiana busca reorganizar outras pendências menores para evitar novos bloqueios no futuro. A estratégia adotada visa recuperar a credibilidade no mercado externo e garantir que o clube não seja surpreendido por novas notificações. O saneamento dessas contas é parte fundamental da reestruturação prometida pela nova presidência.

O técnico e a torcida aguardam com ansiedade o desfecho positivo

dessa operação. A entrada de novos nomes no Boletim Informativo Diário é essencial para que o time ganhe corpo e variação tática. Com o dinheiro já do outro lado do continente, resta apenas o tempo de compensação bancária e a comunicação oficial para que o Corinthians encerre esse capítulo jurídico incômodo.

Espera-se que, com a situação resolvida, o foco volte a ser exclusivamente o desempenho dentro de campo. A regularização dos atletas trará mais tranquilidade para o ambiente, permitindo que os treinos ocorram sem a incerteza sobre quem poderá atuar no próximo compromisso. A diretoria agora respira com mais alívio, aguardando apenas o sinal positivo vindo da Suíça.

MEGA INVESTIMENTO

O Palmeiras está intensificando movimentações no mercado da bola para reforçar o meio-campo com Thiago Almada, alvo que agrada à diretoria e à comissão técnica verde-e-branca. O clube ofereceu cerca de 20 milhões de euros por 50% dos direitos do argentino para tentar viabilizar o negócio ainda nesta janela. A pedida do Atlético de Madrid por metade dos direitos e os valores envolvidos têm assustado dirigentes e gerado dúvidas internas. Fãs e analistas avaliam que a contratação elevaria o nível técnico do elenco alviverde para 2026. A negociação segue em aberto, com pressão por ajustes no acordo financeiro.

FIM ROMÂNTICO

O campeão meio-pesado do UFC, Alex “Poatan” Pereira, anunciou oficialmente o término de seu relacionamento com a também lutadora Tracy Cortez pouco depois de um breve namoro iniciado no Réveillon. A decisão foi descrita pelo brasileiro como mútua e publicada nas redes sociais com agradecimentos aos fãs pelo apoio. Cortez apagou fotos do casal de seu perfil, enquanto Poatan já concentra foco na carreira e nos próximos planos dentro do octógono. O fim da relação surpreendeu o público, já que os dois haviam compartilhado momentos públicos nas últimas semanas. O atleta segue mentalizado em seus objetivos esportivos para 2026.

CONFUSÃO NA F1

A morte de um autor norte-americano chamado Michael Schumacher provocou enganos nas redes sociais, com muitos fãs de Fórmula 1 acreditando inicialmente que o heptacampeão mundial havia falecido. O escritor tinha 75 anos e era conhecido por biografias de personalidades de destaque, mas não tinha qualquer relação com o automobilismo profissional. As mensagens de luto viralizaram antes que usuários e veículos corrigissem a informação nos perfis online. A confusão levantou debates sobre a circulação de notícias falsas e a responsabilidade dos torcedores ao compartilhar conteúdo sem verificação. A liga e fãs reagiram com alívio após a confirmação.

FUTEBOL INTERNACIONAL

Imprensa local critica comportamento do atacante em embate direto com Diego Simeone

Atuação de Vini Jr em clássico madrilenho gera repercussão negativa na Espanha

A atuação de Vini Jr na semifinal da Supercopa da Espanha chamou atenção da imprensa de Madri mais pelo seu comportamento do que pelo futebol apresentado. O brasileiro foi alvo de destaque devido aos constantes atritos com o técnico do Atlético de Madrid, Diego Simeone.

Desde os primeiros minutos, o clima entre o

atacante e o treinador argentino foi tenso, com trocas de provocações e discussões captadas pelas câmeras. Esse confronto pessoal acabou desviando o foco do desempenho técnico do jogador durante o clássico.

Segundo a imprensa europeia, Simeone tentou desestabilizar emocionalmente Vini Jr, inclusive conversando com jogadores do Real Madrid no intervalo. A estratégia surtiu efeito, já que o brasileiro mostrou irritação ao longo da

partida.

Analistas criticaram a falta de objetividade do atacante, que teria desperdiçado energia em reclamações e conflitos. A noite foi considerada abaixo da média, com poucas jogadas decisivas e muitos embates fora do jogo.

No momento da substituição, a tensão aumentou, com vaías da torcida e nova troca de palavras entre Vini Jr e Simeone. Ambos acabaram advertidos com

cartão amarelo, encerrando uma atuação marcada pelo nervosismo.

Além do comportamento, falhas defensivas também pesaram contra o brasileiro, que não foi eficiente na recomposição. Mesmo com a classificação do Real Madrid para a final, sua participação ficou marcada mais pela polêmica do que pelo brilho técnico.



DÚVIDA PAULISTA

O atacante Yuri Alberto voltou ao Centro de Treinamento do Corinthians após viagem à Itália e se reapresentou nesta sexta-feira ao elenco alvinegro, atendendo à programação de pré-temporada. Apesar da presença nos trabalhos, sua condição física segue sendo avaliada pela comissão técnica, que considera o jogador dúvida para a estreia do Timão no Campeonato Paulista. A direção aguarda os relatórios médicos e exames realizados para confirmar se o atacante estará disponível para o confronto de abertura da competição estadual. O retorno ocorre em meio à preparação coletiva e ritmo de amistosos planejados. A expectativa é por definição nos próximos treinos.